

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DOS PROFESSORES BACHARÉIS QUE ATUAM NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DO PLANEJAMENTO

Gleydson da Paixão Tavares
Universidade Cândido Mendes-UCAM
guedo@uesb.br

Resumo: O sucesso do trabalho docente depende, consideravelmente, da organização da ação pedagógica através do planejamento. A partir dessa organização, o professor executará seu plano de forma mais segura e efetiva. Este estudo analisa e discute como os professores com formação em bacharelado e que atuam no ensino superior organizam sua prática de ensino. O procedimento metodológico adotado foi à pesquisa exploratória, por meio de aplicação de questionário semiestruturado, composto por 02 questões abertas e 08 fechadas, todas versando sobre a organização do trabalho pedagógico dos docentes investigados. Os resultados revelaram que para que haja uma aprendizagem significativa, se faz necessário que os professores-bacharéis tenham mais clareza da importância de uma ação didático-pedagógica sistematizada por meio do planejamento. Além disso, a avaliação deve ser vista como um instrumento norteador do desempenho do docente, pois, é por meio dela que podem ser detectadas possíveis falhas, possibilitando, assim, a realização de intervenções pertinentes. Diante disso, Morin (2000) diz que é preciso que o planejamento esteja voltado para uma ação educativa que liberte os homens para a vida com atos conscientes e críticos, que proporcione superação de limites do conhecimento, ou seja, a capacidade de criar e assumir novos paradigmas, que não contribua para a formação de indivíduos estáticos e conformistas, sem iniciativa e sem consciência da importância de sua participação.

Palavras-chave: trabalho docente. professor. ensino-aprendizagem.

Introdução

A construção da prática pedagógica está estreitamente relacionada à concepção de homem e de conhecimento que fundamenta suas relações cotidianas (ECCO, s.d). Torna-se, portanto, imprescindível compreender a função social da instituição de ensino, pois, assim, o corpo discente tem uma compreensão da realidade como produto de suas relações sociais, produzidas através de suas necessidades.

Nessa nova perspectiva de planejamento da educação, a instituição de ensino deixou de ser a detentora e transmissora do conhecimento produzido e passou a ensinar o ato de “aprender a aprender”, possibilitando, também, ao aluno um papel dinâmico na busca pelo conhecimento. A

evolução do conhecimento se dá progressivamente e interativamente, através do confronto com a realidade. A aquisição de conhecimento parte da ação e é nela que deve ser baseado o ensino. Ao invés de decorar os conhecimentos expostos pelo professor, o aluno passa a aprender a sentir, perceber, compreender, raciocinar, discutir, criar e principalmente a transformar o que aprendeu (WERNECK, 1997; ZABALZA, 2004).

O papel das instituições de ensino em geral, é muito mais amplo do que só “passar” conteúdos, ou seja, transmitir conhecimentos. Ela deve relacionar esses conteúdos com a vida do educando, trazer fatos reais, promover debates analisando as causas e as consequências desses fatos, levando os alunos a uma reflexão sobre seu passado, relacionando-o com o seu presente e futuro, tornando-os conscientes das questões sociais nas quais estão inseridos para juntos buscarem soluções possíveis e pertinentes de se concretizar.

A instituição educacional é um dos lugares socialmente instituídos para se inserir na cultura urbana, para que se relacione com o outro e com o conhecimento. É parte de uma dinâmica, em que o sujeito organiza e interpreta suas relações com o mundo interno e externo.

Sabe-se, entretanto, que raras vezes a instituição educacional compreende a totalidade do sujeito “aluno” e seu próprio papel na dinâmica, pois tem como pressuposto que todos os sujeitos chegam a ela ou permanecem nela como sujeitos com desejo de saber e sem problemas maiores. A instituição educacional é um lugar que existe para construir, desconstruir, criar, formar (LUCKESI, 1993). É necessário compreender a função social da instituição de ensino para propiciar ao aluno a compreensão da realidade como produto das relações sociais que o homem produziu a partir de suas necessidades.

Considerando que muitos professores que atuam na educação superior possuem formação em bacharelado, verifica-se que muitos não apresentam uma qualificação necessária que lhes possibilitam uma orientação para planejar a prática docente, comprometendo, de modo considerável, o processo ensino-aprendizagem.

A organização do trabalho pedagógico é de fundamental importância, pois, a partir dela o docente conduzirá a sua ação e assegurará resultados mais satisfatórios e aprendizagens significativas. Nessa perspectiva o planejamento surge como um instrumento facilitador nesse processo e que viabilizará a materialização dos objetivos educacionais. Segundo Baffi (2002), o

planejamento é visto como um processo de busca de equilíbrio entre os meios utilizados e o fim que se pretende alcançar.

Na percepção de Libâneo (1998), quando se fala em plano de curso, fala-se na organização, de forma geral, de tudo que será previsto para os alunos adquirirem, em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes no decorrer de um ano, de um semestre ou o tempo que durar um curso.

Este estudo tem como objetivo analisar e discutir como os professores com formação em bacharelado e que atuam em diversos cursos de uma instituição de ensino superior organizam o seu trabalho pedagógico.

Breve histórico sobre o planejamento

Segundo Morin (2000), em comparação com o que ocorreu desde o homem primitivo até os dias atuais, nas últimas décadas, notou-se uma aceleração no processo do desenvolvimento mundial. Em decorrência dessas mudanças, exigiu-se a intensificação das relações humanas, aumento de atividades e necessidade de maiores conhecimentos. Em face disso, o homem tem se esforçado para melhor adaptar-se a seus semelhantes. Pela investigação cada vez mais aprofundada das relações humanas, ele busca dirimir tensões, conflitos e contradições, favorecendo, assim, a cooperação e a colaboração.

Diante destas transformações faz-se necessário uma referência ao planejamento. O ato de planejar não se trata de uma prática estranha às pessoas comuns; ao contrário, conforme destaca Baffi (2002) o planejamento é algo que permeia o dia a dia de qualquer pessoa, pois, por mais que elas não percebam, planejam todas as suas ações.

Desde os tempos mais remotos, o homem percebeu a necessidade de se organizar por meio do planejamento. Observa-se que para a construção das pirâmides egípcias, os canais de irrigação da Mesopotâmia, templos astecas, palácios indianos, muralhas chinesas, dentre outros projetos arquitetônicos, foi imprescindível a elaboração de planos complexos e estratégicos que disciplinaram a concretização desses monumentos.

Pode-se dizer que o planejamento é inerente ao próprio comportamento humano. O homem, naturalmente, se organiza antes de realizar uma atividade e adota o planejamento em seu cotidiano. Por exemplo, mesmo sem perceber, quando vai ao supermercado, entra em gozo de férias, realiza uma festa ou até mesmo quando deseja emagrecer, muitas vezes inconscientemente, ele desenvolve um plano de ação.

Vasconcellos (2004), afirma que o ato de planejar é tão antigo quanto o ser humano, porém acrescenta que essa ação foi sistematizada fora do âmbito educacional, estando, portanto, atrelada ao campo da produção, com o fenômeno da Revolução Industrial e o surgimento da Administração, no final do século XIX. É neste período que emergem nomes como o de Taylor e Fayol, precursores da Administração, ciência que vai se utilizar de termos específicos, como estratégia e objetivo para configurar o planejamento.

O planejamento requer uma visão, um pensamento voltado para o futuro. É composto de várias etapas interdependentes que, através de seu conjunto, tornam possível à pessoa ou grupo concretizar seus anseios. É também o alicerce para uma ação sistemática.

Robbins (2005) define o planejamento como um dos pilares de uma empresa para alcançar o objetivo. Isso decorre do estabelecimento de uma estratégia global para se atingir as metas e desenvolver uma hierarquia de planos, os quais abrangem a integração e coordenação das atividades. Para Bateman (1998, p. 121), o planejamento é o processo consciente e sistemático de tomar decisões sobre objetivos e atividades que uma pessoa, um grupo, uma unidade de trabalho ou uma organização buscarão no futuro. Diante disto, pode-se asseverar que planejar é o método essencial para ter eficiência nas ações e para obter eficácia nos resultados.

Perspectivas educacionais do planejamento

Planejamento como mecanismo de mudanças

Para Cappelletti (1972), o planejamento educacional é um processo contínuo que se preocupa como por onde se deve caminhar e as formas de chegar até o objetivo, tendo em vista a situação presente e possibilidades futuras, para que o desenvolvimento da educação atenda tanto as necessidades da sociedade, quanto as do indivíduo.

Ainda na percepção da autora anteriormente citada, o planejamento curricular é na verdade um processo de tomada de decisões sobre uma realidade educacional e sua dinâmica de atuação. É uma forma de fazer uma previsão ordenada da vida escolar do aluno em conjunto com sua realidade social. Por esse motivo, pode-se caracterizar o ato de planejar como um instrumento de orientação para a ação educativa, tendo em vista uma preocupação com a proposta geral das experiências da aprendizagem educacional.

Luckesi (1993), a esse respeito, afirma que não se pode falar de planejamento educacional sem falar das instituições de ensino, em especial a escola, instituição esta que pode ser entendida como um lugar onde, também, se dão as contradições sociais que ocorrem na sociedade em que ela está situada e, por isso, participa dos processos sociais – contraditórios – de reprodução e de transformação.

Nesse sentido, o papel fundamental da escola é atuar “na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização da sociedade” (LIBÂNEO, 1998, p. 39).

No caso específico da universidade pode-se afirmar que o seu papel é o de participar da construção da sociedade da qual faz parte, através de ações afirmativas que estabeleçam reais transformações no ambiente. Ela participa da formação de profissionais que serão atores desse processo; não é apenas um local de ensino superior, pois se sua função estivesse atrelada somente a essa condição, perderia, assim, o real sentido de sua existência (ZABALZA, 2004).

Além disso, uma educação centrada nesses parâmetros, certamente, contribuirá para a formação de cidadãos mais esclarecidos e mais capazes de alcançar melhores condições de vida. Sabe-se que uma instituição de ensino não é, e nem poderia ser, a responsável pela concretização desse processo de transformação social; muitas outras instituições também são responsáveis e capazes de buscar meios para que essa mudança possa ocorrer. Porém, em todas elas, existe a necessidade de se verificar os caminhos que devem ser seguidos a partir da avaliação diagnóstica do que já foi feito, procurando saber se realmente foram relevantes suas ações e o que precisa ser mudado.

Isso posto vale destacar que o planejamento só terá validade quando as instituições de ensino, como um todo, colocar em prática o que decidirem entre seus pares de maneira coletiva.

Não deve ser apenas utópico, mas, sim, algo que esteja ao alcance ou que tenha possibilidade de se concretizar, tendo a certeza de que esse é um processo que não pode ser visto apenas como um produto acabado, mas como uma realidade aberta a inferências e ajustes ao seu transcurso.

Planejamento numa perspectiva humana

De acordo com Menegolla e Sant'Anna (1999), o planejamento possui uma dimensão humana. Nessa perspectiva, a educação tem um papel fundamental de conhecer o ser humano em toda sua dimensão e suas possibilidades, entendendo-o a partir do contexto social no qual está inserido. Também, a partir disso, ajudá-lo a encontrar os melhores caminhos para obter uma vida sadia e prazerosa, mostrando que é possível ser livre em uma sociedade que o aliena e o explora inconscientemente.

Os autores citados anteriormente ainda apontam que o homem está situado em um mundo cujas leis e princípios parecem imutáveis. É bem verdade que o homem tem um pensar autônomo, mas a cultura que está inserida no indivíduo o direciona e forma boa parte, ou até a maioria, de seus pensamentos e idéias, não como algo definitivo, mas como um fator de forte influência, que deve ser levado em consideração no processo educativo. Planejar o processo educativo é planejar o indefinido, porque a educação não é um processo em que os resultados podem ser completamente predefinidos. Deve-se planejar a ação educativa para o homem, sem impor diretrizes. O planejamento deve ser apenas norteador do processo, e não delimitador, deve adequar-se a cada realidade educativa. A grande finalidade da educação não é estabelecer o definitivo para um planejamento educativo.

De certo, a educação busca novos horizontes e novas situações de ensino; ela procura ser um instrumento de liberdade, conscientização e compromisso para com o mundo. O planejamento deve refletir sobre os princípios educacionais que são capazes de orientar o homem, sendo este entendido como ser que constitui e dá sentido ao universo.

Diante disso, Morin (2000) diz que é preciso que o planejamento esteja voltado para uma ação educativa que liberte os homens para a vida com atos conscientes e críticos, que proporcione superação de limites do conhecimento, ou seja, a capacidade de criar e assumir novos paradigmas,

que não contribua para a formação de indivíduos estáticos e conformistas, sem iniciativa e sem consciência da importância de sua participação. O que se deve privilegiar é uma formação em que cada sujeito busque solucionar os problemas que surjam no decorrer de suas vidas de forma coerente e autônoma, planejando a educação para uma convivência social mais adequada, envolvendo princípios e valores morais relevantes em oposição à aceitação de regras impostas, deixando prevalecer uma ética voltada para o resgate da condição humana, frente à responsabilidade de sua existência planetária.

O planejamento e a organização do trabalho pedagógico

Ao longo dos séculos, o trabalho do professor universitário tem passado por transformações diversas e significativas. Ao longo da história pode-se ver que, no início, era mais uma ocupação que um trabalho, passando a ser uma “missão” (quando desenvolvido por religiosos), sendo comum encontrar profissionais técnicos que lecionavam e poucos acadêmicos profissionais. Atualmente, esta ocupação tornou-se uma carreira profissional, com requisitos de preparo, planos de cargos e salários, dedicação integral e atualização constante. Nota-se, portanto, uma exigência maior em termos de formação e qualificação profissional, o que requer domínio da disciplina a ser ensinada e conhecimentos didáticos sobre como planejar a aula e usar as estratégias mais adequadas para fomentar o aprendizado do aluno (FERENC, 2005).

O trabalho docente é tido por muitos professores como uma simples forma de sobrevivência e os alunos, por sua vez, o encaram como mercadoria. Assim sendo, o trabalho intelectual “é tomado como um fim em si mesmo, adequado a restritas aspirações profissionalizantes, desvinculados das causas, sentidos e compromissos que poderiam orientá-lo” (VASCONCELLOS, 2004).

De acordo com Sadalla et al. (2005), o professor precisa ser mais atuante e, por isso mesmo, as práticas e vivências educacionais devem ser planejadas de forma a facilitar as discussões, identificação e incorporação de valores e técnicas, possibilitando ao educando a oportunidade de vivenciá-la. Dessa forma, os valores serão associados à formação conceitual-teórica e à técnica, que, postas em prática, conduzirão ao conhecimento, discernimento, avaliação

e ação. Neste caminho, o verdadeiro educador não pode contentar-se em ser apenas um conteudista, um “transmissor” de informações. O ensino deve estar repleto de significados.

Pode-se dizer, à luz do que discute Giussani (2000), que, em tempos de globalização, em que o conhecimento é produzido em ritmo cada vez mais veloz e as informações circulam quase em tempo real ao suceder dos fatos, espera-se que o docente: esteja em contínuo aperfeiçoamento; desenvolva habilidades cognitivas voltadas à resolução de problemas; forme um conceito de seu trabalho, consciente de seus valores e normas; fundamente-se em uma concepção de educação; e saiba comunicar-se eficazmente.

Enquanto educador espera-se que o docente: perceba a relação entre educação familiar e ensino; assuma responsabilidades pedagógicas pelo que faz; crie uma atmosfera pedagógica positiva; compreenda as diferenças socioculturais; identifique necessidades de cuidados sociopedagógicos especiais; estimule o trabalho independente; e incentive a cooperação entre os alunos.

Para direcionar-se frente à nova estrutura educacional, o educador é convidado a refletir, num primeiro momento, acerca das mudanças e das novas dinâmicas sociais, posicionar-se diante delas e decorrente a isso fazer com que o seu aluno tenha consciência que faz parte dessas novas transformações e que, em muitas delas, é o ator principal (WERNECK, 1997).

Além disso, é preciso que o professor atue de forma planejada, não improvisada e que tenha noção exata do que está fazendo. Assim sendo, na percepção de Coaracy (apud TURRA et al., 1993, p. 14) o planejamento educacional é um “processo contínuo que se preocupa com o ‘para onde ir’ e ‘quais as maneiras adequadas de chegar lá [...]’”. Ainda na perspectiva da autora anteriormente citada, o professor, ao elaborar seu planejamento educacional, deve objetivar: relacionar o desenvolvimento do sistema educacional com desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país e de cada comunidade em particular; estabelecer as condições necessárias para o aperfeiçoamento dos fatores que influem diretamente sobre a eficiência do sistema educacional; alcançar maior coerência interna na determinação dos objetivos; e conciliar e aperfeiçoar a eficiência interna e externa do sistema.

Como requisitos do planejamento podem-se apontar a aplicação do método científico de investigação da realidade educativa, cultural, social e econômica do país, ponderação objetiva das

necessidades a fim de satisfazê-las a curto, médio e longo prazo, ponderação das possibilidades de recursos humanos e financeiros, a fim de se garantir a eficácia das soluções propostas e, por fim, previsão dos fatores mais importantes que interferem no desenvolvimento do planejamento (TEIXEIRA, s.d.).

Portanto, o planejamento não é em momento algum uma solução a todos os problemas sociais, morais, educacionais; ele é uma ponte de auxílio que visa à melhoria de algumas situações consideradas cruciais e por ter essa característica não deve ser considerado como algo ditador, com regras a serem cumpridas. Todo e qualquer planejamento educacional, pois, deve conter em sua característica principal a democracia, ou seja, a possibilidade de mudança de acréscimos de construção (PADILHA, 2001).

Para Menegolla e Sant'Anna (1999, p. 31), o planejamento deve ser encarado na seguinte perspectiva:

O planejamento educacional torna-se necessário, tendo em vista as finalidades da educação; mesmo porque é o instrumento básico para que todo o processo educacional desenvolva sua ação num todo unificado, integrando todos os recursos e direcionando toda a ação educativa.

Em face do acima exposto, percebe-se que o planejamento educacional é o que norteia ou deve nortear a prática docente, a fim de que o professor de fato auxilie o aluno, mediando à construção do saber e assegurando que de fato o aluno aprenda.

Metodologia e análise dos resultados

A pesquisa foi realizada em uma Instituição Pública de Ensino Superior do Sul da Bahia e foi desenvolvida por intermédio do estudo exploratório, a partir de uma investigação realizada com 32 professores bacharéis (02 por curso) que atuam em diferentes cursos de bacharelado do Ensino Superior. Os dados foram coletados por intermédio de um questionário semiestruturado, composto por 10 questões, sendo duas abertas e oito fechadas. Para atingir os objetivos da pesquisa, neste estudo, foram priorizadas apenas três questões.

A análise dos dados obtidos foi realizada por meio de categorias estabelecidas a partir do referencial teórico e das respostas dadas pelos sujeitos desta pesquisa, permitindo não apenas

conhecer a realidade encontrada, mas, sobretudo, propor sugestões para à otimização dos processos de elaboração, execução e avaliação do planejamento didático.

Ao perguntar se o tempo dedicado ao planejamento didático corresponde à expectativa dos professores, percebeu-se nas respostas diferentes olhares em relação a essa questão. Constatou-se que 34,4% informaram não estar satisfeito e 31,3% revelaram ser tempo suficiente para atender às suas expectativas. Por outro lado, 34,3% expuseram quem nem sempre é possível planejar com o tempo dedicado à organização das atividades didáticas. Assim, observa-se que os professores, em sua maioria, precisam organizar melhor o tempo dispensado para o planejamento das suas ações docentes. Para Padilha (2001) o ato de planejar é proveniente de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; é um processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.

Quando indagados se realizam a avaliação do seu planejamento, 65,6% dos professores disseram que sim, 9,4% não realizam e 25,0% dos entrevistados informaram que às vezes fazem esse trabalho de avaliação. Observa-se, portanto, que um número considerável de docentes não utiliza a avaliação para analisar o planejamento ou só às vezes fazem uso do processo avaliativo. Essa atitude pode ser prejudicial para o bom desempenho do professor, pois, é através da avaliação que podem ser detectadas possíveis falhas e, partir daí, abrir possibilidades para novas intervenções.

Com relação à necessidade de mudança do planejamento no decorrer do processo ensino-aprendizagem, percebeu-se que 84,3% dos professores fazem modificações quando sentem a necessidade de redimensionar o planejamento no decorrer do processo ensino-aprendizagem. No entanto, 9,4% dos questionados somente às vezes realizam alguma alteração e, por fim, 6,3% não realizam mudanças no planejamento. Percebe-se, portanto, que a grande maioria dos professores modifica o planejamento quando necessário. Partindo dessa constatação, Ferreira (1989) afirma que a fase de acompanhamento não significa ficar assistindo de camarote como a ação se desenvolve, na verdade deve-se interferir nela e mudá-la sempre que comece a se mostrar “furada”, para alcançar os objetivos que se pretende atingir.

Considerações finais

Como o papel do professor é mediar o processo de construção do conhecimento, deve-se compreender que este precisa realizar sua atividade baseando-se na ideia que o aluno é participante de uma realidade que, por sua vez, deve ser respeitada. Ou seja, em nenhum momento o professor pode ultrapassar os limites desse aluno, pois compreender a realidade dele e utilizá-la na sua formação é o objetivo maior do projeto de ensino. Por esses motivos é que Barreto (2006) ressalta a importância da formação pedagógica do professor, pois não basta apenas dominar conteúdo, é preciso saber mediar o conhecimento, planejar adequadamente as aulas, etc.

O planejamento, para Vasconcellos (2004), é um processo através do qual se propõe encontrar respostas para um problema, propondo fins e meios que levem à superação do problema. É uma atividade indissociável do processo de ensino, haja vista que educar pressupõe o estabelecimento de metas para o futuro, o estabelecimento de caminhos que norteiem a prática educativa e de avaliação das ações desenvolvidas.

Sendo assim, é preciso verificar a eficiência da atividade, através da avaliação, que pode e deve ser flexível, para que o trabalho não fique superficial. Planejar possibilita uma maior e melhor condição de se preparar antecipadamente para o que pode acontecer. Com base nisso, o professor se prepara para os possíveis caminhos que a atividade vai tomar (FERRARI, 2005).

A partir dos resultados obtidos neste estudo, constatou-se que uma parte considerável dos professores questionados está insatisfeita quanto ao tempo disponibilizado para o planejamento. Nesse sentido, é necessária uma reorganização do tempo para atender as demandas do planejamento de ensino possibilitando melhor elaboração e execução das atividades propostas.

A avaliação é um processo contínuo e permanente, devendo ser realizada diariamente durante todo o desenvolvimento da relação ensino-aprendizagem. Nesse sentido, os dados coletados revelaram que a grande maioria dos professores realiza a avaliação ou somente às vezes a realiza. Portanto, a avaliação da prática docente é imprescindível, pois só através dela é que se pode saber se os objetivos estão sendo atingidos, revendo os trabalhos desenvolvidos, perguntando-se se a qualidade do trabalho está de acordo com os objetivos propostos (MASSETO, 2003).

Os dados coletados também revelaram que a maioria esmagadora dos professores quando sentem necessidade modificam o planejamento durante o processo ensino-aprendizagem. A interferência do docente nas atividades didático-pedagógicas se faz necessária sempre que perceber que a condução do trabalho está tomando caminhos sinuosos, pois, é por meio das intervenções que é possível atingir os objetivos pretendidos (FERREIRA 1989).

Por fim, pode-se dizer que o professor não é o único, mas é o maior responsável pelo desenvolvimento cognitivo do aluno, pois tudo que está ao seu redor também influencia nesse processo. Nessa perspectiva, o professor deve planejar sua aula de forma realmente que cumpra o seu papel de ensinar, mas ensinar o que tem significado e, importância e que seja de interesse para o educando através de aulas prazerosas, propiciando um clima favorável à aprendizagem e à participação do aluno. Para isso é necessário que o professor esteja sempre estudando e criando, como diz Demo (1996) “[...] em vez de falar pelos outros, ou de ser mero porta-voz de teorias alheias, ou de apresentar-se como mero discípulo, precisa comparecer com proposta própria, elaborada e sempre reelaborada...”.

Referências

BAFFI, Maria Adélia Teixeira. **O planejamento em educação:**

revisando conceitos para mudar concepções e práticas, Petrópolis, 2002. Disponível em:
<<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam02.htm>> Acesso em: 10 jan. 2008.

BARRETO, Ana Leda Vieira. Saberes pedagógicos e complexidade: um aprender cotidiano com diversos saberes. **Presente! Ver. De educação de estudos e assessoria pedagógica**, ano 14, n. 4, dez. 2006.

BATEMAN, Thomas S. Administração: construindo vantagem competitiva. (tradução Celso A. Rimoli; revisão técnica José Ernesto Lima Gonçalves, Patrícia da Cunha Tavares). São Paulo: Atlas, 1998.

CAPPELLETTI, Isabel Franchi. Planejamento de Ensino. **Revista Escola**. N. 5. Abril, São Paulo, 1972.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ECCO, Idanir. **Educação neoliberal:** uma experiência mercadológica. Disponível em:
<http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_3_27.pdf> Acesso em: 10 jan. 2008.

FERENC, Alvanize Valente Fernandes. Como o professor universitário aprende a ensinar? Um estudo na perspectiva da socialização profissional. **Ver. Interface Comunic., Saúde, Educ.**, v. 9, n. 18, p. 645, set./dez. 2005.

FERRARI, Márcio. Plano de aula: uma bússula para dirigir bem seu dia-a-dia. **Nova Escola. O que dá certo na escola de jovens e adultos**. v. 20, n. 184. São Paulo: abr./ago. 2005. p. 28-30

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento sim e não**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GIUSSANI, Luigi. **Educar é um risco: como criação de personalidade e de história**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Planejamento, execução e avaliação no ensino. A busca de um desafio**. Revista FAEEBA. Salvador. V. 2, n. 02. jul./dez., 1993.

MASSETO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do Professor Universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar, como planejar?: currículo-área-aula**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

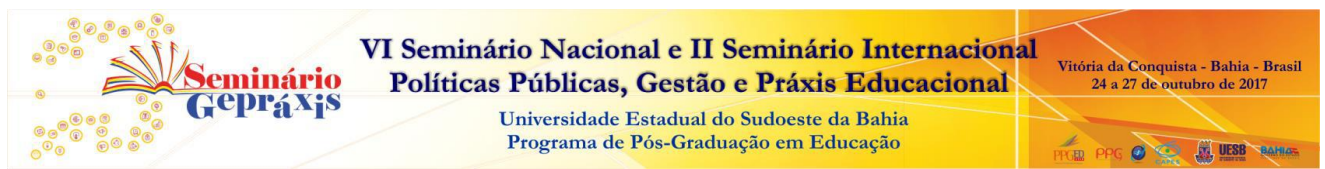
ROBBINS, Stephen Paul. **Administração: mudanças e perspectivas**. (tradução Cid Knipel Moreira). São Paulo: Saraiva, 2005.

SADALLA, Ana Maria Falcão de Aragão et al. Partilhando formação, prática e dilemas: uma contribuição ao desenvolvimento docente. **Ver. Psicologia Escolar e Educacional**, 2005, v. 9, n. 1.

TEIXEIRA, Gilberto. **Parâmetros de planejamento acadêmico: um modelo**. Disponível em: <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br>> Acesso em: 10 jan. 2008.

TURRA, Clódia Maria Godoy *et al.* **Planejamento de ensino e avaliação**. 11. ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1993.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 12. ed. São Paulo: Libertad, 2004.



WERNECK, Hamilton. **Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo**. 12 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

ZABALZA, Antoni. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.